

1 Introdução

Quando a prática profissional constitui-se muito mais em um desafio a ser vencido, do que em um processo de implementação de ações voltadas para organizar pessoas em uma determinada tarefa, o profissional que se encontra envolvido no projeto, além de adotar a postura de voltar-se para o compromisso de provar o êxito da intervenção, tem também inúmeras indagações, questionamentos e inquietudes a respeito do assunto.

Face ao exposto, construímos, ao longo de uma década de trabalho, um forte desejo de investigar o processo de organização dos catadores do Aterro Metropolitano de Gramacho, local destinado ao escoamento de grande parte do lixo produzido na Região Metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, localizado no bairro de Jardim Gramacho, Município de Duque de Caxias, e assim aprofundar conhecimentos teóricos para alicerçar uma defesa a respeito do potencial humano e da real possibilidade da construção identitária de trabalhadores que lidam com lixo e que, ao longo de suas vidas, perceberam-se furtados deste reconhecimento.

Neste sentido, a escolha do tema de estudo e motivo que nos levou, no ano de 2004, a cursar o Doutorado, tem como base o trabalho social que realizamos desde fevereiro de 1996 junto aos catadores de lixo.

É importante salientar que este trabalhador passou a ser classificado pelo Ministério do Trabalho através do Decreto 397, publicado no Diário Oficial da União em 10 de outubro de 2002, sendo sua atividade identificada como ocupação brasileira, sob o código 5192-05, e recebeu como denominação o seguinte título: “Catadores de Materiais Recicláveis”.

Ao longo desta tese, vamos nos referir a este profissional utilizando as duas nomenclaturas, isto é, quando falarmos a respeito dos profissionais que ainda permanecem na frente de serviço, catando o lixo de forma rudimentar, sem ter consciência de seu papel na perspectiva de meio ambiente, utilizaremos o termo “catadores de lixo”. Quando nos referirmos àqueles trabalhadores engajados na luta pelo reconhecimento formal e jurídico da categoria e que busca contribuir para a formulação de política pública de Coleta Seletiva, utilizaremos o termo “catadores de materiais recicláveis”.

Cabe ressaltar ainda que, embora o Ministério do Trabalho tenha classificado este trabalhador, a profissão ainda não foi reconhecida oficialmente e encontra-se em discussão no Senado desde 2007 por meio do Projeto de Lei nº. 618, que visa à regulamentação do exercício das profissões de Catador de Materiais Recicláveis e de Reciclador de Papel. Em discurso no auditório do BNDES, em 1º de outubro de 2007, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva se comprometeu, junto à representação nacional dos catadores, a sancionar a lei de regulamentação até o final de seu mandato.

Para melhor entendimento de seu escopo, o estudo está dividido em quatro capítulos. Porém, já na introdução, procuramos dedicar atenção à história da implantação do Aterro Sanitário – que, segundo a norma da ABNT NBR 8419/1984, é uma técnica de disposição de resíduos sólidos urbanos no solo, sem causar danos à saúde pública e à sua segurança, minimizando os impactos ambientais –, situado no bairro de Jardim Gramacho. Apontamos alguns conceitos que serão tratados na tese, tais como: território, pobreza, exclusão social, cidadania, identidade, territorialidade entre outros. Apresentamos os atores sociais envolvidos no estudo e ainda pontuamos as diferenças acerca do olhar que os catadores têm em relação ao trabalho que desenvolvem.

No segundo capítulo, intitulado “O alicerce teórico: da definição de conceitos ao momento da pesquisa”, tratamos dos conceitos eleitos para alicerçar teoricamente este estudo.

Em “Jardim Gramacho e o ‘território de jardim gramacho’”, apresentamos o bairro e o território de jardim gramacho como os lugares onde se processa a atividade de catação e seus desdobramentos. Procuramos contextualizar a forma perversa existente na relação mercantil estabelecida entre a catação de lixo e a parca remuneração do trabalho árduo que os catadores desenvolvem. Em seguida, descrevemos como se iniciou o trabalho social, os primeiros movimentos voltados para o processo de organização. Prosseguimos apontando o cenário diferenciado no território de jardim gramacho em relação às diferentes formas dos diferentes grupos presentes na atividade de catação, olhando o trabalho que realizam, o que tornou visível a dificuldade que têm no processo de organização. Identificamos quem são os catadores de lixo e os catadores de materiais recicláveis. Finalizamos analisando como a Associação de Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (ACAMJG) e a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Jardim Gramacho (COOPERGRAMACHO) se interligam no processo de parceria para garantia de trabalho e renda ao contingente ativo de catadores.

Esclarecemos que a categoria território de jardim gramacho somente será utilizada quando estivermos nos referindo ao mundo construído pelos catadores em função da atividade de catação, que envolve para além do espaço geopolítico, devido à relação direta com o sentido de pertença construído por esse segmento de trabalhadores, sendo descrita com letras minúsculas. Quando estivermos abordando questões relativas ao bairro de Jardim Gramacho, localização geográfica onde se situa o Aterro Metropolitano de Gramacho, pertencente ao 1º Distrito do Município de Duque de Caxias, será descrito com letras maiúsculas.

No quarto capítulo, “Catadores dentro e fora do território de jardim gramacho”, procuramos articular a situação de vida destes trabalhadores com a realidade atual. Um mundo em que a atividade se estabelece pela via da informalidade, desregulamentada e flexibilizada, onde estão presentes questões afetas à natureza da atividade que exercem. Portanto, o estigma é presente, bem como a dificuldade de sobreviver diante da condição socioeconômica, que mais o impossibilita do que dá acesso a bens e serviços. Isso faz deles trabalhadores sem garantias previstas em lei, não regulamentados profissionalmente, ou seja, com a cidadania comprometida. Com isso, deixamos para reflexão se os catadores são trabalhadores em busca da inclusão nos padrões brasileiros de contratação ou trata-se de um novo formato de trabalhador.

O quinto capítulo, intitulado “Afinal, o que foi construído”, constitui-se das considerações finais da tese, onde é focado como os catadores se movimentam dentro e fora do território de jardim gramacho, não somente em relação à garantia de direitos do mundo do trabalho, mas também quanto à defesa do meio ambiente e aos ganhos relativos às novas legislações. Apontamos ainda os avanços e retrocessos do processo de organização e construção identitária, com base nas falas de representantes de organizações da sociedade civil que trabalham diretamente com catadores e defendem ações voltadas para o meio ambiente, como também representantes do poder público, aqui representados por empregados da Companhia de Limpeza Urbana (COMLURB).

1.1

“Jardim Gramacho”: um território de catação e catadores

O cenário que me levou a construir novos pilares de entendimento do potencial humano no processo de organização é o Aterro Metropolitano de Gramacho. Trata-se de uma área de 370,55 hectares que foi doada à COMLURB por meio da cessão

inicialmente provisória efetuada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e viabilizada pela Coordenadoria Regional Leste Meridional, com a finalidade de instalar um aterro sanitário metropolitano, desde dezembro de 1975, conforme documento de cessão do espaço, anexo 7.1, p 157.

O aterro seria responsável pelo recebimento e destinação final de resíduos sólidos de grande parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sob forma de consórcio, com os seguintes municípios beneficiados na época: Rio de Janeiro, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Nilópolis, Belford Roxo, Petrópolis e Guapimirim.

Para melhor explicitar esse contexto, é preciso informar que, por cerca de duas décadas, o que estava previsto não ocorreu, pois esta área foi fortemente explorada e degradada sem tratamento adequado do solo e dos resíduos depositados. Com isso, o lixo invadiu o manguezal e a Baía de Guanabara, transformando a área que deveria comportar um aterro sanitário em um lixão, isto é, espaço onde são escoados resíduos sólidos, sem tratamento adequado do solo e com a presença de catadores, conforme fotografia 1 e 2, anexo 7.2, p 164.

Este cenário degradante, embora já tivesse sido alvo da crítica pública, somente começa a receber a atenção das autoridades a partir da metade da década de 1990 e a responsabilidade por esta transformação pode ser associada à realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio 92 ou ECO-92, onde o meio ambiente passou a ser pauta no Brasil, conforme aponta Gadotti.

(...) em 1992 com a **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento** (CNUMAD/UNCED) que foi realizada na cidade do Rio de Janeiro (Brasil), de 3 a 14 de junho de 1992. Essa conferência foi também chamada de “Cúpula da Terra”, pois representou o maior encontro internacional de cúpula de todos os tempos, com a participação de 175 países e 102 chefes de estado e de governo. Ela ficou conhecida como **ECO-92** ou, simplesmente, **RIO-92**.

Entre os muitos temas tratados na RIO-92, destacam-se: arsenal nuclear, desarmamento, guerra, desertificação, desmatamento, crianças, poluição, chuva ácida, crescimento populacional, povos indígenas, mulheres, fome, drogas, refugiados, concentração da produção e da tecnologia, tortura, desaparecidos, discriminação e racismo.

(...) cumprindo o seu objetivo de propor um modelo de desenvolvimento comprometido acima de tudo com a preservação da vida no planeta, a UNCED produziu importantes documentos. O maior e mais importante deles foi a **Agenda 21(...)**

As 175 nações presentes aprovaram e assinaram a Agenda 21, comprometendo-se a respeitarem os seus termos. Ela representa base para a despoluição do planeta e a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, isto é, que não esgote os recursos disponíveis. A agenda 21 não é uma agenda ambiental. É uma agenda para o desenvolvimento sustentável cujo objetivo final é a promoção de um novo modelo de desenvolvimento. (Gadotti, 2004, p.2)

Pontuamos que, embora este megaevento tenha tratado de aspectos ambientais do planeta como um todo, também impulsionou a tomada de decisão pública no Rio de Janeiro, visto que o Aterro de Gramacho já era considerado um grave problema ambiental, o Ministério Público promoveu ações obrigando a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro a adotar medidas ambientalmente corretas para o tratamento e destinação final dos seus resíduos.

Então, desde 1996, a área tem sofrido transformações que envolvem a ação de vários profissionais, tanto na área operacional, onde têm atuado engenheiros, arquitetos, biólogos, topógrafos, entre outros, como também na área social.

No sentido de resgatar não somente a área geográfica e o ecossistema, paralelamente às operações civis, o serviço social foi implantado com a finalidade de identificar todas as pessoas que estavam na atividade de catação, efetuando um cadastramento, que excluía (em razão da natureza do trabalho ser penosa, perigosa e insalubre) crianças, adolescentes, idosos e pessoas portadoras de deficiência.

Além desta identificação e cadastramento, o trabalho social a ser realizado, proposto pela COMLURB, incluía também orientar os catadores que atuavam na área de vazamento quanto à importância da formação cooperativista.

O processo de organização dos catadores em cooperativa contemplaria a humanização da atividade e capacitação dos mesmos quanto ao processo legal e comercial. Além disso, previa a construção de um galpão e a instalação de equipamentos mecânicos, custeados pela empresa operadora do Aterro. Em dezembro de 1995, a COMLURB abriu um processo de licitação para operação do Aterro – cuja empresa ganhadora da concorrência foi a Construtora Queiroz Galvão S/A – para viabilizar a execução do trabalho de modo similar ao realizado na **Rampa de Vazamento**. Ou seja, a separação do material potencialmente reciclável seria processada por meio da colocação e passagem dos resíduos em esteiras rolantes, onde os catadores fariam a retirada sem precisar garimpar de saco em saco, arriscando a vida.

O material seria melhor aproveitado pela via da limpeza, prensagem, separação e pelo acondicionamento mais adequado para venda, agregando maior valor comercial. Isto porque o entendimento do poder público centrava-se na proposta de valorização do material separado pelo catador, como uma alavanca propulsora para sua inclusão social.

Consideramos importante informar que a Construtora Queiroz Galvão S/A permaneceu operando o Aterro Metropolitano de Gramacho até dezembro de 2001,

quando expirou o tempo contratual e enquanto fora gerado novo processo licitatório a empresa que passou a operar por seis meses, com contrato de emergência, foi a EBEC Construtora, e quando ocorreu nova licitação a vencedora foi a Empresa S/A Paulista Construções que permaneceu por quatro anos e após este tempo a outra empresa que operou o Aterro foi a CAENGE Engenharia permanecendo até julho de 2007.

Atualmente a responsabilidade de operação é do Consórcio constituído por empresas de engenharia e também de outras especializadas em captação de gás denominado de “Novo Gramacho”, que tem como obrigação promover o encerramento das atividades de vazamento de lixo no Aterro, em função do esgotamento de sua vida útil e ainda promover a captação de gás metano produzido pela combustão dos resíduos, e monitorar pelo prazo de dezessete anos toda a área do Aterro e no final deste processo, devolver para a COMLURB a área tratada e encerrada, conforme determina a legislação ambiental.

1.2

Apropriando os conceitos

Dada à natureza da atividade e as circunstâncias que envolvem o trabalho desenvolvido pelos catadores, buscamos compreender qual é o sentido empregado por eles à atividade de catação, pois, apesar de viabilizar as mínimas condições de sobrevivência, também provoca distanciamento, desigualdades, discriminações, entre outras mazelas. Então, encontramos em Milton Santos uma definição de espaço que nos auxiliou no entendimento da questão.

Deixado ao quase exclusivo jogo do mercado, o espaço vivido consagra desigualdades e injustiças e termina por ser, em sua maior parte, um espaço sem cidadãos (Santos, 2004, p. 43).

O autor complementa, afirmando que, portanto:

O espaço que, para o processo produtivo, une os homens é o espaço que, por esse mesmo processo produtivo, os separa (Santos, 2004, p. 33).

Com esse sentido, a partir da implementação das atividades sociais desenvolvidas junto aos catadores, começamos a observar o Aterro Metropolitano de Gramacho e passamos a identificá-lo como o espaço apontado por Milton Santos. Foi possível compreender que somente a identificação, o cadastramento e a organização dos catadores em cooperativa não resolveriam a problemática desta categoria, conforme

determinava a COMLURB na cláusula 3.5.2.1 do contrato com a Empresa Queiroz Galvão, anexo 7.3, p 170. Era preciso considerar que havia inúmeras questões a serem resolvidas, principalmente as ligadas ao processo de organização dos trabalhadores e de construção de sua identidade.

Esses fatos eram evidenciados a partir da própria falta de perspectiva na implementação das ações públicas, pois dois aspectos eram relevantes e provocavam o primeiro ponto de estrangulamento das atividades desenvolvidas com os catadores. O primeiro respaldava-se na própria crise brasileira neoliberal, que a cada dia tem desempregado milhões de brasileiros que, para sobrevivência, eram e são obrigados a inventar e reinventar uma forma economicamente ativa de superação da miséria. Com isso, a busca de vagas para a atividade informal de catação no Aterro é crescente, pois tem sido entendida como fonte propulsora de sustento das pessoas.

O segundo aspecto diz respeito à efetiva falência das políticas públicas que, por indefinições de competência e responsabilidade, não vêm atendendo às demandas sociais.

Neste sentido, vários autores têm problematizado e discutido a questão, o que acreditamos contribuir para o entendimento, além de apresentar diversos focos para análise.

Em Neise Deluiz encontramos o seguinte debate:

As propostas neoliberais têm seu fundamento na liberdade econômica e no mercado como princípio auto-regulador das sociedades. Para superar a crise econômica e propiciar a expansão e o desenvolvimento pleno do capitalismo é preciso evitar que o Estado interfira na economia e na vitalidade da concorrência empresarial. Como conseqüências da adoção dessas políticas, constatam-se mudanças com relação ao tamanho e às atribuições do Estado, a desregulamentação das economias nacionais, as privatizações, o desmonte das políticas de previdência e seguridade sociais, e a desobrigação paulatina do Estado em áreas tradicionalmente de sua competência, como a saúde e a educação.

As conseqüências sociais desse modelo são visíveis: o desemprego estrutural, a reestruturação do mercado de trabalho, novas formas de organização do trabalho, a flexibilidade e a desregulamentação do trabalho, a terceirização das atividades, o crescimento dos empregos precários, a exclusão de amplos contingentes de trabalhadores do mercado formal e o empobrecimento da população em geral (Deluiz, 2000, p. 15-16).

Concordamos com a autora no que diz respeito à dimensão política do processo, visto que se faz necessária à construção de identidade dos trabalhadores e seu pleno exercício da cidadania. No entanto, há muito que caminhar nesta direção, uma vez que a solidariedade permeada somente pelos iguais não dará conta do processo de organização e nem da participação efetiva dos menos favorecidos.

Há também uma posição de Elimar Pinheiro Nascimento a respeito do estado neoliberal e o mundo do trabalho no tocante ao processo de exclusão:

Adentramos no processo acelerado de inovação tecnológica e competitividade empresarial, criando o desemprego estrutural e tecnológico. Aderimos à hegemonia neoliberal – sem jamais termos sido liberais – encolhendo o Estado, reduzindo as políticas sociais, incentivando a cultura da concorrência e da competição pela posse de bens materiais. Paradoxalmente, também inauguramos a era da “estagnação” econômica, abandonando as taxas históricas de 7,5% em média por ano, para habitar a dos medíocres 2%. *Como o Coelho de Alice no país das Maravilhas*, o país corre aceleradamente para não sair do lugar. Ou, o que dá no mesmo, moderniza-se para se tornar mais injusto.

No mundo, e no Brasil, o novo movimento de internacionalização da economia, associado à hegemonia neoliberal, produziu um aumento considerável das desigualdades sociais (Souza, 2000, p. 57).

José Luiz Quadros de Magalhães (2000), em seu artigo “Do Estado Liberal ao Estado Social”, também apresenta alternativas diante do Estado neoliberal e o empobrecimento da classe trabalhadora.

Por tudo que estudamos até aqui percebemos que permanece uma grande interrogação: para onde ir? O neoliberalismo não é capaz de responder às necessidades de trabalho e bem-estar social da população mundial, o socialismo real está ameaçado de desaparecimento, assim como, há muito, o liberalismo clássico morreu para não mais voltar, e o Estado Social está em crise de difícil solução, pois mergulhado num mundo globalizado. Para onde ir?

A resposta está na sexta fase de evolução do Estado, uma alternativa de uma democracia participativa que deve ser construída em nível local, na cidade, espaço da cidadania, encontrando um novo papel para o Estado e para a Constituição (Magalhães, 2000, p. 93).

Apesar de comungarmos das mesmas posições dos autores, percebemos a necessidade de buscar analisar outros elementos, tendo em vista que além dos aspectos já apontados no território de Jardim Gramacho, há registro de outro ponto de grande relevância: o próprio local.

De um lado, encontra-se o poder do grupo de sucateiros, que constituiu uma rede de interdependência na qual o catador permanece sempre preso à teia de pequenos ganhos, enquanto o mencionado grupo se beneficia de forma mais vantajosa do que aquele que executou o árduo trabalho. Portanto, não há interesse desse segmento na transformação do estado de miserabilidade dessa população explorada, pois a organização inviabilizaria a manutenção e o domínio da exploração social, histórica na área de reciclagem.

Por outro lado, verifica-se a instalação do processo de marginalidade crescente no Jardim Gramacho, aonde a formação sistemática de bandos, principalmente na área

de tráfico de drogas, vem arregimentando crianças, adolescentes, jovens e até mesmo adultos para a prática infracional.

Para compreender essa teia de relações existente entre os catadores e os demais segmentos envolvidos, tanto na comercialização do material, quanto no poder do tráfico, buscamos em Dirce Koga elementos conceituais e substantivos que pudessem contribuir para o entendimento das tramas existentes no Aterro, que não se constitui apenas como área geográfica, escolhida para escoamento de lixo, e/ou de concentração de catadores, mas pode também representar:

...o chão do exercício da cidadania, pois cidadania significa vida ativa no território, onde se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança e solidariedade, as relações de poder. É no território que as desigualdades sociais tornam-se evidentes entre os cidadãos, as condições de vida entre os moradores de uma mesma cidade mostram-se diferenciadas, a presença/ausência dos serviços públicos se faz sentir e a qualidade destes mesmos serviços apresenta-se desiguais (Koga, 2000, p. 33).

A título de ampliar o entendimento, recorremos a Milton Santos em busca de um posicionamento a respeito do lugar e do valor do indivíduo, pois acreditamos que possa complementar a idéia de território:

Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentes de sua própria condição. Pessoas, com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto um lugar poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhes são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhe faltam (Santos, 2000, p. 81).

Para finalizar a seqüência de fatores que dificultam o processo de organização dos catadores, elucidamos o aspecto que estamos denominando de eixo cultural, pois tem relação direta com o cotidiano do catador que desenvolve sua atividade “independente”, individual, e nutre a ilusão de ser livre das imposições patronais, agregando, desta forma, valores exclusivamente voltados para o seu potencial produtivo e desprezando formas de organização e ganhos coletivos.

Esse modo de ver o trabalho, aqui entendido como a atividade de catação, de forma falseada, é pontuado por Maria Augusta Tavares, quando enfoca que:

A descentralização produtiva se constitui no meio mais adequado à exploração da força de trabalho, pois cria no trabalhador a ilusão de que a posse de meros instrumentos de trabalho, uma boa idéia e alguns atributos de natureza subjetiva são suficientes para que todos se tornem agentes econômicos capazes de se confrontar no mercado em condições iguais (Tavares, 2004, p. 20).

Acreditamos que os aspectos supracitados tenham contribuído para a manutenção do trabalho solitário, individual e desorganizado dos catadores. Arriscamos levantar as seguintes questões:

Por que os catadores, apesar de reconhecerem a existência de uma cadeia de exploração do seu trabalho, “optam” por permanecer na relação de submissão e desvantagem econômica, principalmente na forma de comercialização do seu material?

A organização dos catadores poderá também contribuir para romper com o domínio daqueles que encontram nesses trabalhadores a fonte de exploração e enriquecimento de toda ordem? Acreditamos que sim, pois o segmento que detém o poder de compra do material reciclável, embora não seja organizado como uma categoria profissional consegue se sustentar em nome da ausência da organização, da informação, entre outros processos faltantes na vida do catador.

Diante disto, pensamos ser relevante à investigação desse fenômeno, pois irá contribuir para desvendar aspectos que dificultam a organização destes trabalhadores. Procuramos trabalhar na pesquisa questões que pudessem nos levar a responder com clareza como se configura o processo identitário e a organização dos catadores no território do jardim gramacho.

Neste sentido as questões norteadoras da pesquisa foram:

Quem são os catadores do território de jardim gramacho? Simplesmente pessoas que foram expulsas do mercado formal de trabalho, mendigos, vagabundos, ou aqueles que concorrem com abutres pelo refugio humano?

Como os catadores vêem sua inserção na cadeia industrial produtiva do lixo?

Que iniciativas os catadores do território de jardim gramacho têm efetivado na direção da construção de sua identidade?

Quais iniciativas têm sido assumidas pelos catadores no processo de organização no território de jardim gramacho?

Que estratégias precisam ser mobilizadas para um maior envolvimento dos catadores e fortalecimento de sua organização?

Creemos que essas indagações deveriam ser desenvolvidas à luz do real envolvimento das partes integrantes do processo de organização da categoria catadores, visto que, cada vez mais, o Estado se constitui como agente ausente ao não possibilitar a inserção da população no mundo do trabalho.

Construímos ainda alguns pressupostos que acreditamos ter nos auxiliado na construção desta tese.

Os catadores do território de Jardim Gramacho são, prioritariamente, indivíduos expulsos do mercado de trabalho formal, encontrando na atividade de catação a única possibilidade de sobrevivência pessoal e familiar.

Os catadores do território de jardim gramacho apresentam atitudes contraditórias em relação ao processo de trabalho que desenvolvem, ora reconhecendo seu valor, ora desqualificando-o, uma vez que têm pouca consciência sobre as etapas que configuram fora do espaço do vazamento de lixo.

As principais iniciativas assumidas pelos catadores envolvem a articulação com experiências já em andamento. A realização de encontros de discussão procura envolver todos os segmentos identificados no território de jardim gramacho, ou seja, o catador cadastrado com mais de dez anos de experiência e os novos catadores, aqueles que estão na atividade com cinco anos ou menos e não são cadastrados pelo Serviço Social.

O processo de organização dos catadores ainda envolve uma minoria de trabalhadores, em decorrência das experiências que têm acumulado em suas histórias de vida (ausência de experiências de caráter coletivo) e das características e estigmas que cercam o trabalho com o lixo.

A identidade e a organização dos catadores do território de jardim gramacho podem ser fortalecidas por meio de seu acesso às informações sobre o cenário do lixo e da reciclagem, bem como de seu envolvimento mais efetivo em ações que extrapolem o espaço da catação.

1.3

Os atores sociais em cena

O Serviço Social, desde 1996, mantém um cadastro atualizado dos catadores, e o perfil destes atores é o seguinte: pessoas potencialmente ativas, de ambos os sexos, na faixa etária entre 25 e 67 anos, residentes, em sua grande maioria, no Município de Duque de Caxias, e que por falta de capacitação e/ou saída do mercado formal de trabalho, encontraram na atividade de catação a sua sobrevivência. Há ainda aquelas que são oriundas de famílias que culturalmente tiveram como referência de trabalho os seus antepassados que também exerceram a atividade, configurando, portanto, a catação como um ofício passado de geração em geração.

Nos dias atuais, os catadores, quando cadastrados pelo Serviço Social, são identificados dentro do Aterro por um colete na cor laranja. Aqueles que são

“empregados” dos depósitos, mas desenvolvem a atividade de catação também dentro do Aterro, usam colete na cor verde limão. Há ainda os que utilizam uniforme na cor cinza dentro dos padrões estipulados pela COMLURB e são pertencentes ao quadro de sócios da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis do Aterro Metropolitano de Gramacho (COOPERGRAMACHO), conforme fotografia 3, anexo 7.2, p 165.

Tem-se, então, um universo com três cenas diferenciadas, visto que, embora a matéria-prima seja a mesma como fonte de sobrevivência, a forma de lidar com a comercialização, os ganhos e benefícios são totalmente diferenciados. Isto significa dizer que, entre a proposta cooperativista lançada pela COMLURB/Queiroz Galvão e o cotidiano dos catadores surgiram inúmeros desafios a serem vencidos

Com base na realidade, sentimos um desejo profundo de investigar como os catadores do território de jardim gramacho constituiriam sua identidade e, conseqüentemente, buscariam o processo de organização da categoria.

Passamos então a ter as seguintes questões como referência para a pesquisa:

Os catadores em sua maioria conseguiram construir uma identidade de trabalhador a partir do processo de organização do trabalho social no Aterro? Cremos que a transformação da condição de catador de lixo para a situação de catador de material reciclável, uma categoria profissional, está em processo de construção.

Se não conseguiram, quais foram os elementos impeditivos? A dificuldade de desconstruir a cultura estigmatizante que gira em torno do lixo, ou até mesmo o processo de acomodação e medo do desconhecido.

Acreditamos que as questões levantadas encontraram respostas em determinados estágios do trabalho social que vem sendo desenvolvido junto aos catadores, mas somente a pesquisa nos levará às conclusões.

Na intenção de desvelar e possibilitar o real entendimento de todas as questões já levantadas, que se constituíram como objeto de investigação que realizamos para fundamentar esta tese, optamos pela metodologia quanti-qualitativa por acreditar que esta possibilitaria a compreensão dos atores sociais, seu agir e suas percepções.

Optamos por envolver todos os segmentos de catadores do Aterro, isto é, tanto os da Cooperativa, quanto os da frente de serviço, cadastrados no Serviço Social ou nos depósitos, porque buscamos entender como, na atualidade, os catadores estão construindo o processo identitário e se há fortalecimento da categoria na construção de um projeto único de coleta seletiva, tanto na dimensão da erradicação da atividade de

catação de “lixo” efetiva no território de jardim gramacho, como na prática garantidora não somente de trabalho e renda, mas de acesso a bens e serviços necessários à vida.

Como todos os trabalhadores estão envolvidos na mesma atividade, embora sejam identificados de forma diferenciada, acreditamos que as contribuições para este estudo serão válidas advindas de todos os segmentos.

Para sustentar a decisão tomada como um dos critérios adotados, na escolha dos sujeitos da pesquisa, recorremos a Chizzotti, que apresenta considerações a respeito do reconhecimento da participação nas pesquisas:

Na pesquisa qualitativa, todas as pessoas que participam da pesquisa são reconhecidas como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam. Pressupõe-se, pois, que elas têm um conhecimento prático, de senso comum e representações relativamente elaboradas que formam uma concepção de vida e orientam as suas ações individuais. Isto não significa que a vivência diária, a experiência cotidiana e os conhecimentos práticos reflitam um conhecimento crítico que relacione esses saberes particulares com a totalidade, a experiência individual com o contexto geral da sociedade (Chizzotti, 2000, p. 83).

Antonio Chizzotti complementa esta reflexão enfocando que:

Supõe-se que os “os atores sociais não são imbecis”, na expressão forte de Garfinkel, mas autores de um conhecimento que deve ser elevado pela reflexão coletiva ao conhecimento crítico. Como sujeitos da pesquisa, identificam os seus problemas, analisam-nos, discriminam as necessidades prioritárias e propõem as ações mais eficazes. As ações de intervenção na realidade não são, necessariamente, consensuais; devem sempre ser “negociada” para se adequar às possibilidades concretas do contexto, das pessoas e das condições objetivas em que devem ser postas.

Cria-se uma relação dinâmica entre o pesquisador e o pesquisado que não será desfeita em nenhuma etapa da pesquisa, até seus resultados finais. Esta relação viva e participante é indispensável para se aprender os vínculos entre as pessoas e os objetos, e os significados que não será fruto de um trabalho meramente individual, mas uma tarefa coletiva, gestada em muitas micro decisões, que a transformam em uma obra coletiva (Chizzotti 2000, p. 83).

As abordagens utilizadas para a coleta de dados junto aos catadores foram duas: entrevistas semi-estruturadas, que ocorreram no âmbito da representação da categoria, isto é, com aqueles que reconhecemos como “catadores de materiais recicláveis”, realizadas com três catadores da ACAMJG – Sebastião Carlos dos Santos (presidente), Glória Cristina dos Santos (diretora financeira) e Alexandre Mariano (diretor executivo) –, que atualmente também fazem parte da comissão que representa o Movimento Estadual da Categoria. Entrevistamos ainda dois membros representantes do Conselho de Administração da COOPERGRAMACHO, a vice-presidente Ana Paula Serafim e a secretária, Audinéa da Silva. Esclarecemos que fomos autorizados pelos entrevistados,

por meio de termos de consentimento, a citar nomes e a publicar o conteúdo das entrevistas para fins de estudo e publicação científica.

A escolha destes sujeitos se deu por acreditarmos que este segmento já acumulou maior experiência na área de trabalho, visto que já participaram de vários processos de capacitação dentro e fora do Estado, o que lhes permitiu ampliar a visão acerca do papel e da importância do seu trabalho no cenário nacional.

A segunda abordagem, por meio da aplicação de formulários, deu-se através de uma amostra de 20% de cada segmento representado, na garantia de obter o maior número de informações contidas na fala de cada catador, o que totalizou uma abordagem realizada com 142 catadores, de ambos os sexos, com idades variando entre 19 e 67 anos.

Na cooperativa, do total de 90 cooperados existentes no início da pesquisa, abordamos 18 pessoas. Embora a escolha tenha sido aleatória, procuramos equilibrar o quantitativo de abordados tomando por base a questão de gênero, entrevistando nove catadores e nove catadoras. As entrevistas aconteceram no próprio espaço da cooperativa, onde nos aproximávamos dos cooperados e, além de fazer o convite, explicávamos o objetivo da pesquisa. Diante do consentimento, procedíamos à aplicação do formulário.

Em relação aos catadores cadastrados que atuam na frente de serviço, ou seja, aqueles que ainda permanecem no garimpo do lixo na área de vazamento e têm cadastro no Serviço Social desde fevereiro de 1996, o quantitativo identificado no primeiro semestre de 2007 (momento da pesquisa) foi de 371 catadores, o que significa dizer que 74 pessoas foram abordadas para aplicação do formulário.

Embora tenhamos nos balizado pela questão de gênero, neste espaço trabalhamos com uma quantidade maior de homens, por ser um número mais expressivo que o das mulheres. Foram ouvidos 42 catadores e 32 catadoras. A abordagem ocorreu na própria área de trabalho, onde fazíamos o convite para participarem da pesquisa, explicando seu objetivo. Após o aceite, realizávamos as perguntas e, por fim, éramos procuradas pelos catadores, que se ofereciam para responder as perguntas e colaborar com o trabalho, fator que consideramos positivo na relação estabelecida.

Em relação aos **novos catadores** – termo que estamos utilizando para caracterizar aqueles que não têm cadastro no Serviço Social, mas que se tornaram uma massa expressiva na atividade –, registramos a presença atualmente de

aproximadamente 800 pessoas, de ambos os sexos, que desenvolvem atividade de catação filiada aos **42 depósitos cadastrados no Aterro desde março do ano de 2000**.

Esclarecemos que os depósitos cadastrados supracitados são ferros velhos instalados na via de acesso ao Aterro e que são responsáveis pela retirada e compra do material separado pelos catadores na frente de serviço. No entanto, a partir de março de 2000, além de efetuar a negociação do material, passaram a ter sob sua responsabilidade um contingente excedente de catadores não cadastrados que, por orientação da Companhia responsável pelo Aterro, não poderiam ser absorvidos pelo cadastro que fora realizado pelo Serviço Social, em fevereiro de 1996.

Como forma de manter sob controle o acesso e o quantitativo de catadores ligados a estes depósitos, foi estabelecida pela COMLURB que a sua classificação fosse medida pelo número de caminhões de sua propriedade, ou seja, a cada caminhão foram agregados dez catadores e estes foram classificados como de grande porte (por ter quatro caminhões), de médio porte (dois caminhões) e os de pequeno porte (somente um caminhão).

Assim, os depósitos considerados de grande porte têm um efetivo calculado em quarenta catadores; os de médio porte, vinte catadores; e os de pequeno porte, dez catadores.

Neste sentido, consideramos relevante ouvir os trabalhadores ligados a estes depósitos, pois representam um contingente maior do que os catadores cadastrados, portanto se constituem como massa expressiva na frente de serviço. Sendo assim, selecionamos para a pesquisa somente **dez depósitos cadastrados**, cerca de um pouco mais de 20% do universo dos estabelecimentos.

Destes, optamos por abordar 20% dos catadores de três depósitos de grande porte, perfazendo um total de 120 catadores. A aplicação dos formulários foi realizada com vinte e quatro deles, divididos também por gênero, como nas demais abordagens e, após a aceitação do convite para participar da pesquisa, aplicávamos o formulário. Consideramos significativo elucidar que, embora estes catadores não tenham relação direta com o Serviço Social, não encontramos qualquer resistência.

Já nos depósitos de médio porte, aumentamos o percentual de sujeitos a serem pesquisados para cerca de 30% em razão do quantitativo de catadores ligados a este ser inferior, alcançando assim um total de dezoito pessoas, divididas também por gênero.

Nos de pequeno porte, embora tenhamos mantido percentual de 20% de catadores, aumentamos o número de depósitos e trabalhamos com quatro em razão da

quantidade de catadores serem bem menor que nos demais e, mesmo assim, foram abordadas oito pessoas, também divididas entre homens e mulheres.

Em complementação aos critérios de escolha dos depósitos, selecionamos os que comercializam diferentes tipos de materiais, sendo assim, identificamos aqueles que comercializam garrafas PET, outro que negocia papelão e papéis de modo geral, e outro que negocia somente plásticos em geral.

Com o objetivo de ampliar as possibilidades de falas que possam contribuir para a análise do processo de organização e construção identitária dos catadores, ouvimos também representantes da sociedade civil que lidam com a questão sócio-ambiental, principalmente na área de resíduos sólidos, e catadores. Sendo assim, foram entrevistados dois representantes do Fórum Estadual Lixo e Cidadania do Rio de Janeiro, organização dedicada à discussão, reflexão acerca das ações sócio-ambientais do Estado, que sempre abre espaço para capacitação, reivindicações, entre outras necessidades dos catadores.

Foi entrevistado também um representante da NOVA PESQUISA, organização que apóia a Rede Independente de Catadores (RICAMARE), um representante do Instituto Brasileiro de Inovação da Saúde Social (IBISS), uma das organizações que vem apoiando os catadores na área da saúde e também no processo de organização.

Entrevistamos também dois técnicos representantes do IBASE, por ser outra organização apoiadora dos catadores, gestora, inclusive, do Projeto de Desenvolvimento Local Sustentável do bairro de Jardim Gramacho, que deu origem ao Fórum Comunitário de Jardim Gramacho, fundado em 2005.

Quanto ao Poder Público, representado pela COMLURB, foram realizadas quatro entrevistas: duas com os responsáveis pela fiscalização das atividades da empresa operadora do Aterro sediado no território de jardim gramacho; uma com o assessor da presidência, responsável pelas negociações com a Prefeitura de Duque de Caxias, com o Ministério Público, com a ACAMJG (quanto ao processo de garantia de trabalho e renda dos catadores), entre outros órgãos; e a última foi com o gerente de todos os Aterros que a Companhia opera no Rio de Janeiro.

Em relação ao Município de Duque de Caxias, onde o Aterro está localizado, e que deveria ter melhor interface com os catadores, em razão, inclusive, de grande parte ser munícipe, não foi possível realizar entrevistas, devido à ausência da identificação de parceiros na causa dos catadores, muito embora já tenha havido o estabelecimento de

contatos com as Secretarias Municipais de Meio Ambiente, a de Obras e Urbanismo, e a de Ação Social, mas não foram fortalecidos laços que efetivassem uma real parceria.

Esclarecemos que também fomos autorizados pelos entrevistados citados a publicar o conteúdo das entrevistas para fins de estudo e publicação científica e dispomos do termo de consentimento de participação em entrevista de pesquisa.

Dentro da perspectiva documental, buscamos identificar e apresentar os avanços e retrocessos ocorridos em termos de legislação, tanto no que diz respeito a regulamentação da profissão, a de Política Pública de Resíduos Sólidos e de Saneamento Ambiental; assim como as legislações pertinentes a Política Pública de Coleta Seletiva e o real envolvimento dos catadores neste cenário.

Neste contexto, entendemos ser de grande relevância buscar ouvir os principais atores deste estudo, isto é, os catadores e, com isto, procuramos levantar alguns trabalhos em que as falas são bastante significativas a respeito do sentido da atividade que desenvolvem.

1.4

Identificando as suas percepções

Levantamentos e pesquisas acadêmicas focadas no trabalho dos catadores surgiram a partir do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, e ao realizar revisão bibliográfica a respeito do assunto, encontramos algumas produções apresentando vivências de diferentes estados/municípios a respeito da atividade de catação e dos profissionais que dela sobrevivem.

As falas escolhidas abordam diferentes aspectos da relação dos catadores com o trabalho que desenvolvem, pois apresentam enfoques regionalizados e portanto, nos permitirá perceber como estes sujeitos, em diferentes territórios, têm lugar comum no processo de organização e de construção identitária. Isto porque o “lugar” do trabalho da catação de lixo é identificado como insalubre, perigoso, penoso e não como “espaço” dedicado ao exercício de atividade geradora de trabalho e renda para sobrevivência humana. Com este pensamento, selecionamos textos que retratam experiências focadas para o processo de organização dos catadores.

Encontramos em Medeiros e Macedo que trabalharam com catadores na cidade de Goiânia, o seguinte posicionamento:

Vale ressaltar que o trabalho com o lixo não tem uma única representação ou sentido, ou é dotado de características ruins ou de características boas. Ele abarca tanto aspectos

positivos como negativos ao mesmo tempo, por isso a relação dos catadores com o lixo é ambígua, refletindo a dialética inclusão/exclusão, saúde/doença, orgulho/humilhação. O lixo, segundo Miura (2004), representa, para os catadores, seu meio de vida, a condição para garantir sua sobrevivência, a sua integração no mercado de trabalho; sem deixar de ter a conotação negativa construída socialmente em torno do lixo, ou seja, lixo é aquilo que é jogado fora, que gera asco, discriminação e preconceito. (Medeiros & Macedo, 2007, p. 86).

As autoras exemplificam a posição acima, com a fala de sujeitos da pesquisa:

É um serviço ruim, mas é um serviço digno, eu to fazendo um serviço digno, eu to ganhando o meu dinheiro limpo, né. É um serviço sujo, mas eu to ganhando meu dinheiro limpo, nê. (S4).

O desemprego da época, a oportunidade de trabalho que era muito pouco, né, e a necessidade de ter minha tenda, de assistir minhas necessidades. (S4).

Eu tava precisando ganha dinheiro então quando a gente ta precisando a gente enfrenta qualquer trabalho. (S7).

Aí isso daí deixa a gente triste porque a gente chega lá na idade de se aposentar cadê o direito não tem. Se eu tivesse você já pensou? Eu com seis anos e fosse carteira assinada, era outra coisa. (S4).

Nada, não tem futuro nenhum. Porque o futuro da gente é no trabalho da gente, se o trabalho da gente não está dando resultado o futuro da gente também não vai dar em nada. Sempre é o que minha esposa fala você não ta pagando o INSS, não ta pagando nada, como é que a gente vamos faze daqui mais tempo. Quando você tiver mais veio ainda, porque cada vez a gente vai ficando só mais velho ainda. (S5) (Medeiros & Macedo, 2007, p. 87-88).

Na experiência da cidade de Uberlândia, encontramos Ferreira (2005), revelando os seguintes dados a respeito dos catadores ouvidos na pesquisa:

A maior parte dos “catadores” (68%) tem idade superior a 30 anos, concentrando-se na faixa etária adulta da vida. E o desemprego, conforme 45% destes apresentaram-se como o motivo maior por estarem na atividade. A grande maioria dos entrevistados (91%) possui dependentes de sua renda. E 60% obtêm renda média de um salário-mínimo, ao passo que os demais não ultrapassam os quatro salários-mínimos. As necessidades básicas ainda é o motivo principal que levou pessoas para a “coleta de lixo” – 90% deles. Entre os entrevistados, 56% são de Uberlândia, sendo os demais migrantes provenientes de áreas rurais e das regiões Norte e Nordeste do país. O grau de escolaridade deles é relativamente baixo – 25% são analfabetos, 37% cursaram até o ensino básico, 32% fizeram até o ensino fundamental, 6% até o ensino médio. Do público alvo da pesquisa, 69% vivem apenas da coleta do lixo, enquanto 23% têm esta atividade como complementar de renda (Ferreira, 2005, p. 4).

A autora complementa a informação, apontando que:

Os “catadores do lixo” buscam outras formas de sobrevivência, diferentes daqueles que estão postas pelo sistema técnico-produtivo, o que não significa que estão sendo autônomos no seu processo de sobrevivência. Só buscaram tal alternativa porque não conseguiram se incluir nos padrões estabelecidos pelo sistema. E, quando saem às ruas para “catar” lixo, não saem por uma nova consciência, com o desejo de mudança. Pelo que foi constatado nesta pesquisa, eles saem às ruas, trabalhando nesta atividade, para, de certa forma, se manter incluídos no sistema, para adquirirem os bens de consumo postos por este (Ferreira, 2005, p. 6).

Encontramos também na tese de Velloso (2004), quando faz referência ao filme “Boca do Lixo”, rodado no Município de São Gonçalo, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, fala de catadores, que apresentam a forma como percebem o trabalho de catação:

(...) Melhor trabalhar aqui do que em casa de família “estamos trabalhando e não roubando” “bom não é, mas é de onde tiramos nosso dinheiro” na casa de família a gente almoça e janta aqui a gente não almoça aqui a gente acha roupa calçados, o que não serve para o rico, serve para o pobre não gosto de ser mandada, já trabalhei muito em casa de família”.

Muita gente trabalha aqui porque é relaxado, não quer pegar um ônibus para trabalhar. Aqui tem tudo, a gente come, veste. A gente foi tudo criado no lixo (Velloso, 2004, p. 58).

Na dissertação de Rohem, cuja referência do estudo é o Aterro Metropolitano de Gramacho, encontramos as seguintes falas:

A gente trabalha, a gente ganha por quanto à gente cata. Tem dia que ta bom, nós arruma bem. Quando ta ruim nós arruma nada, arruma dez reais, quinze. Quando ta bom, trinta e cinco, quarenta, depende do movimento dos carros (Rohem, 2004, p. 63).

Encontramos em Juncá, também depoimentos que revelam o sentimento destes trabalhadores:

Em relação aos catadores de Belo Horizonte, precisamente na ASMARE;

O nosso material pra bem dizer, já vem um pouco separado. Vem mais limpo. Plásticos, Papel, papelão, revista, jornal e tudo trazido pela SLU e pelos convênios, pelas pessoas que doam. O lixo é trazido aqui na porta e nos separamos então chegam os caminhões e colocam no pátio. A gente pega e leva para os lugares de separação. Depois chegam os balanceiros, pesam, e aí nos trazemos pra cá e despejamos na unidade operacional para enfardar. Formamos fardos de PET, de plásticos, de papel branco, de revista (Juncá, 2004, p. 198).

Agora é um trabalho reconhecido porque esta ajudando a prefeitura, ajudando a sociedade a limpar a cidade. Um dia só que você fica sem ir na rua, você precisa ver como fica sujo (Juncá, 2004, p. 205).

Já os catadores do Rio de Janeiro:

Eu já fui da cooperativa, mas voltei pra rampa. O que eu recebia não dava. Mas minha mulher está na cooperativa. Eu vou explicar o porquê: ela tem idade já. Está com 51 anos e ela nunca fez autonomia. Nunca trabalhou pra levantar amanhã ou depois um INPS ou um tratamento. Aí ali é um grupo e ela entrou pra ter os direitos. Já está com dois anos. Eu num trabalhei mal. Trabalhei com a cabeça (Juncá, 2004, p. 116).

E no Rio Grande do Sul os catadores falam:

Era pra ser mais organizado, mas a gente não consegue. É muito lixo. Muitas vezes não dá tempo, mas a gente procura deixar tudo limpinho. Não é porque a gente trabalha no lixo, que o ambiente tem que virar um lixão tudo tem que ficar organizadinho, limpinho, bonitinho (Juncá, 2004, p. 175).

Encontramos em Cavalini e Ferreira (2006) no trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social, falas dos catadores do Rio de Janeiro, precisamente do Aterro Metropolitano de Gramacho:

Tive que pegar o ônibus com a roupa de trabalho e vi na face das pessoas o rejeito e os comentários. Eu não me senti mal, pois estava vindo do meu trabalho, mas a sociedade é muito preconceituosa (Cavalini & Ferreira, 2006, p. 49).

Aqui na cooperativa não corre risco de acidentes. Problemas de saúde. É um trabalho menos pesado. Paga seguro tem crédito para comprar a prestação e conta bancária (Cavalini & Ferreira, 2006, p. 48).

Nas falas apresentadas, percebemos que, embora alguns catadores já tenham percorrido o caminho da organização, há sempre a “sombra” do motivo que os levou para atividade, comum a todos, que é o desemprego, reconhecido como o vilão da sociedade, visto que o trabalho é que habilita o homem a ser inserido no mundo e, sem este, torna-se quase impossível alcançar as esferas da vida social, coletiva e individual.

Sustentamos esta posição, calcada na fala de Ferreira (2005), quando sinaliza que:

O desemprego é uma questão importante, pois é consequência histórico-social de um modo de produção que é eficiente na geração de riqueza para uns na medida em que é eficiente na exploração do trabalho, precarização da mão-de-obra e o empobrecimento da população. Há ainda desobrigação crescente do Estado em competências, como saúde e educação, marcas do neoliberalismo.

(...) O desemprego é um dos problemas mais sérios apresentado neste estudo, assolando de forma trágica principalmente aqueles que possuem baixa escolaridade, pouca ou nenhuma qualificação técnica: mulheres, negros, idosos e deficientes físicos, uma vez que são os mais afetados neste processo de restrição de oportunidades. A resposta encontrada por esses atores, por não terem condições de competir por vagas no mercado formal, é o subemprego, a ocupação precária do espaço urbano e o “inchaço” da economia informal (Ferreira, 2005, p.1).

Acreditamos que, apesar do fator desemprego ser preponderante no processo de exclusão dos catadores do mundo do trabalho, a forma “desorganizada” encontrada por eles para desempenho de suas tarefas contribui para mantê-los fora do processo, visto que um dos problemas encontrados no trato direto com eles é fazê-los compreender a importância do zelo e da organização, pois, normalmente, o que é imposto pelo mundo do trabalho não comporta, na maioria das vezes, o modo de catação adotado, seja na própria atividade ou qualquer outra tarefa ligada a ela.

Assim, mais uma vez, recorreremos aos conceitos de Hall (2000), para ampliar o entendimento em relação ao que ele pontua a respeito de identidades:

(...) são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída de uma “identidade” em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui uma identidade sem costuras, inteiriça sem diferenciação interna (Hall, 2000, p. 109).

Neste sentido, pensamos que se faz necessário desconstruir o ideário de organização imposta pela sociedade que moldou a divisão do trabalho á luz da proposta Taylorista/Fordista, para então ser entendido como este segmento concebeu a sua “perfeita” organização em busca da inserção no mercado do capital.

É importante ressaltar que, embora seja relevante respeitar o processo de organização trilhado pelos próprios catadores, em um determinado momento histórico esta construção entrará em confronto com o que está preestabelecido nas esferas socioeconômica, política e cultural. Com isso, volto a afirmar o que Hall (2000) acentua sobre a identidade:

As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós (Hall, 1995). Elas são os resultados de uma bem-sucedida articulação ou “fixação” do sujeito ao fluxo do discurso – aquilo que Stephen Heath, em seu pioneiro ensaio sobre “sutura”, chamou de “uma intersecção” (1981, p.106), “Uma teoria da ideologia deve começar não pelo sujeito, mas por uma descrição da efetivação da junção do sujeito às estruturas de significação”. Isto é, as identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir embora “sabendo” (aqui a linguagem da filosofia da consciência acaba por nos trair), sempre, que elas são representações, que a representação é sempre construída ao longo de uma “falta”, ao longo de uma divisão, a partir do lugar do Outro e que, assim, elas não podem, nunca, ser ajustadas – idênticas – aos processos de sujeito que são nelas investidos. Se uma suturação eficaz do sujeito a uma posição-de-sujeito exige não apenas que o sujeito seja “convocado”, mas que o sujeito invista naquela posição, então a suturação tem que ser pensada como uma articulação e não como um processo unilateral (Hall, 2000, p. 112).

Embora sejamos favoráveis ao processo de emancipação dos catadores em prol da organização da categoria e da construção identitária, chamamos atenção para a importância das articulações necessárias para garantir não somente o único olhar dos catadores a respeito do trabalho, mas a possibilidade de uma direção que os levem a “romper com o sentimento de que trabalhar com o lixo significa ser lixo”, e voltar para o avanço dos processos organizativos e de identidade profissional que, com certeza, os levará à inserção na cadeia produtiva industrial, bem como no contexto sócio-ambiental.